

Outubro negro era esperado

● *Desvalorização agrava o cenário da crise que se projetava há seis meses*

Consuelo Dieguez

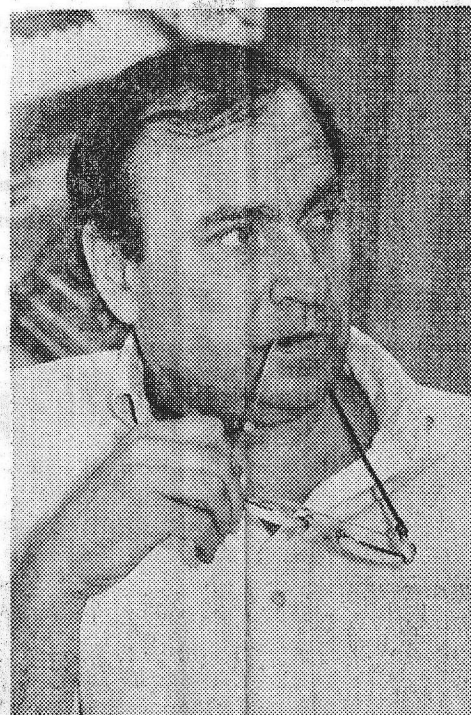
A economia entrou certamente em seu momento mais delicado desde a posse do presidente Collor, em março de 1990. A mididesvalorização de 15% no cruzeiro, determinada na semana passada, foi, na verdade, apenas mais um agravante no cenário de crise, que já se projetava desde março deste ano, quando foi decretado o Plano Collor II. Apesar do quadro de aprofundamento da recessão, naquela época os economistas alertavam que a bomba estouraria em outubro.

Não era necessário nenhuma bola de cristal ou poderes extra-sensoriais para se prever este quadro, que o governo tentou como pôde empurrar com a barriga. É que a equipe econômica anterior concentrou em setembro todos os principais reajustes que irão causar impacto violento na inflação deste mês: salário mínimo, aluguéis, além dos dissídios de várias categorias, como bancários e petroleiros, que emplacaram reajustes salariais de 100%.

A esses fatores se juntaram a liberação dos cruzados novos — que, desde o mês passado até outubro de 1992, jogará US\$ 2 bilhões por mês na economia — e o aumento dos benefícios pagos pela Previdência Social, que pressionará bastante o já apertado caixa do Tesouro. O que o governo não contava é que, além da crise interna, fosse enfrentar uma séria crise cambial. Desde setembro, o balanço de pagamentos (resultado da entrada e saída de dinheiro do país) registrava números muito abaixo dos meses anteriores.

Balanço de pagamentos — Luís Eduardo Sobral, o vice-presidente do Forex brasileiro (entidade que reúne os executivos da área de câmbio), revela que em 31 de maio o saldo do balanço era de US\$ 1,1 bilhão. Em 30 de junho, este saldo baixou para US\$ 500 milhões, se mantendo nesses níveis em julho. Em agosto, porém, chegou a apenas US\$ 118 milhões, caindo para insignificantes US\$ 26,7 milhões em setembro.

Sobral assegura que a queda no balanço de pagamentos não foi provocada pela redução na captação de recursos no mercado internacional, através das bolsas de valores e de colocação de papéis. Na verdade, esta captação chegou a crescer de US\$ 460 milhões, em julho, para US\$ 934 milhões, em agosto. O problema é que saiu muito mais dinheiro do que entrou porque houve uma queda nas exportações e uma enorme remessa de dinheiro para o exterior a título de pagamento da



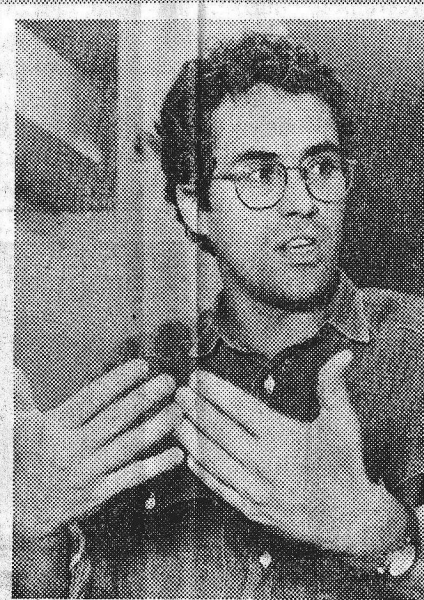
César Maia: falta credibilidade



Dornelles: reforma tributária

Gilberto Alves - 9-3-89

Indústrias dão férias coletivas



☐ Treze mil empregados nas linhas de produção da Brastemp, Prosdócimo, Climax e Consul estão em férias coletivas. “As vendas caíram 20% em agosto e acabamos ficando com estoques superiores a 25 dias de produção, quando o normal é manter o equivalente a 10 ou 12 dias”, explica Antônio Carlos Romanoski, diretor administrativo-financeiro da Refrigeração Paraná, fabricante dos produtos Prosdócimo. “Há uma desaceleração na indústria justamente no momento em que o crescimento do emprego deveria ser maior”, pondera Sérgio Mendonça (foto), diretor-técnico do Dieese, referindo-se à aproximação das festas de fim de ano.

dívida externa, remessa de lucros e dividendos, e despesas com fretes, que forçaram o governo a fazer a mididesvalorização.

O deputado César Maia (PMDB/RJ) não esconde o seu temor de que, com todas essas pressões, a inflação de outubro bata na casa dos 20%. O momento exigiria medidas drásticas por parte do governo para tentar conter a inflação. A questão, porém, na avaliação do deputado, é que o governo não tem credibilidade para fazer nenhum novo choque econômico. “Um congelamento de preços, por exemplo, teria fôlego para se sustentar por uma semana. Seria uma desmoralização”, assegura.

Privatização — Apesar de defender medidas de médio e longo prazos para se resolver o problema da crise da economia brasileira, que passam pela redução dos gastos dos estados e municípios e de “medidas fiscais casuísticas que garantam o aumento da arrecadação”, César Maia está convencido de que o governo não escapará de ter que adotar uma medida de curto prazo para conter o descontrole inflacionário. “Acho que a equipe econômica terá que lançar mão de algum mecanismo de controle de preços, como a pré-fixação, e até de um redutor”, defende.

A solução definitiva passa, porém, pela questão do déficit público e da redução das demandas de gastos do governo. A privatização entra, aí, como um dos mecanismos que mais irão contribuir para a redução desse déficit. O relator da comissão mista do Congresso que vai analisar a utilização das moedas para a privatização, deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), está convencido de que ela trará um grande alívio ao caixa do governo. Além disso, o deputado defende que o governo transfira para os estados e municípios algumas responsabilidades nas áreas de transporte, saúde e educação.

Para o deputado Francisco Dornelles, uma reforma tributária irá ajudar a resolver em definitivo a crise brasileira. Ele acha que, nesse processo, tem que haver uma conscientização grande por parte dos governadores, que precisam também reduzir os seus gastos, e uma participação efetiva do Congresso. “É preciso se definir claramente as receitas e as despesas do governo federal, dos estados, e dos municípios”, afirma.

Mais cenário econômico na página 2